

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
Processo Administrativo nº 842628/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA/PA**, por meio do Agente de Contratação designado pelo **Decreto nº 106/2025**, sediado na Praça São Miguel, nº 60, Nazaré, Augusto Corrêa/PA, CEP: 68.610-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 13, de 12 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 11/05/2026.

Horário: 09:00 horas. (horário de Brasília/DF)

Local: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para eventual aquisição de combustíveis diversos (Óleo Diesel S10 e Gasolina), para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias agregadas, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), de Augusto Corrêa/PA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, bem como as eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras LICITANET (<https://licitanet.com.br/>).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O credenciamento no LICITANET dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.3. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL	PLANO AVULSO
R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00	R\$ 107,00

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

3.5. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

3.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente

ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.9. Para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.9.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.9.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.10. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.10.1. Para obter o tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações, as empresas interessadas, declaradas ME ou EPP, deverão necessariamente apresentar, com os documentos de habilitação, a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL**, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, conforme termos da IN DNRC nº. 103/2007, art. 8º.

3.11. Não poderão disputar esta licitação:

3.11.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.11.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.11.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.11.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.11.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.11.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.11.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.11.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.11.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.11.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.11.2 e 3.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno

porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante (se for o caso);

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de

erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Da garantia:

5.10.1. A garantia da proposta está prevista no termo de referência.

5.10.2. A garantia da proposta de preços de que trata o item 5.10 deverá ser prestada antes de iniciado o certame, o valor deve ser calculado com base no item específico ao qual concorrerá.

5.10.2.1. A garantia DEVERÁ vir acompanhada do comprovante de pagamento da apólice, fiança bancária ou comprovante de transferência bancária (Banco do Brasil; Agência: 1480-X e Conta: 19561-8).

5.10.2.2. Não será aceita garantia paga após a abertura da sessão.

5.10.3. A não apresentação de garantia prevista no item 5.10.1, implica na desclassificação automática da proposta de preços.

5.10.4. Durante a análise das garantias apresentadas é impossível abrir diligência na plataforma LICITANET para comprovação de envio de garantia, o não envio durante o cadastramento da proposta, implica automaticamente na desclassificação da proposta.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da

sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um) centavo**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo **02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

6.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **30 minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última

oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada (conforme ANEXO V)**, ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. A proposta adequada deverá ser documentada nos autos, e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

6.20.5.1. O não envio da proposta adequada implica na desclassificação da proposta vencedora.

6.20.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência vinculam a contratada.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada

feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 3.11 do edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.1.3. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, mantido pelo Tribunal de Contas da União - TCU).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8.1. Não serão aceitas comprovações de exequibilidade por meio de orçamentos ou notas fiscais de compra/venda emitidas em 2025.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no **item 12.3 do Termo de Referência** são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O licitante deverá obrigatoriamente apresentar as declarações previstas no anexo IV deste Edital, onde responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.3. O licitante deverá obrigatoriamente apresentar a declaração prevista no anexo VI deste Edital, assinada eletronicamente por profissional habilitado da área contábil, responsável da empresa licitante, na forma da lei (art. 69, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.6. A habilitação será verificada por meio do LICITANET, nos documentos por ele abrangidos.

8.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no LICITANET e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de comprovação para habilitação.

8.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no LICITANET serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.7.1.

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. A Comissão de contratação, podendo, para tanto, solicitar parecer/manifestação da Equipe Técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas

a ele, para orientar sua decisão.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nos sítios eletrônicos:
<https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/>
<https://augustocorrea.pa.gov.br/c/publicacoes/licitacoes/>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

11.1.5. fraudar a licitação.

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para

licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: www.licitanet.com

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Portal Transparência do Município e endereços eletrônicos: <https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/> e <https://augustocorrea.pa.gov.br/c/publicacoes/licitacoes/>
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 13.11.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 13.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;
- 13.11.4. ANEXO IV - Declarações;
- 13.11.5. ANEXO V - Modelo de proposta;
- 13.11.6. ANEXO VI - Modelo de declaração do contador.

Augusto Corrêa/PA, 27 de abril de 2026.

FRANCISCO EDINALDO QUEIROZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO N°...../2026 - ANEXO I

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO.**

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo nº 842628/2026-SEMAF-PMAC

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de combustíveis diversos (Óleo Diesel S10 e Gasolina), para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias agregadas, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA e Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, de Augusto Corrêa/PA, segue abaixo as especificações, quantidades e estimativa de valores do objeto deste Termo de Referência:

Item	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	Valor Unitário Médio	Valor Total Estimado
1	Gasolina Comum	Litros	271.050	R\$ 7,06	R\$ 1.913.613,00
2	Óleo Diesel-S10	Litros	604.670	R\$ 7,65	R\$ 4.625.725,50
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 6.539.338,50

Valor Total Por Extenso: Seis Milhões, quinhentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos.

1.2. Estimativas de consumo individualizadas pelas secretarias agregadas:

Nº	COMBUSTÍVEL	UNID	SECRETARIAS AGREGADAS					TOTAL
			SEMAF/SEGOV	SECULT	SEMAGRI	SEPLADE	SEMOB	
1	Gasolina Comum	Litro	70.000	10.000	20.000	10.000	85.000	195.000
2	Óleo Diesel S10	Litro	60.000		100.000		425.000	585.000
TOTAIS			130.000	10.000	120.000	10.000	510.000	780.000

1.3. Estimativas de consumo individualizadas pelos fundos municipais:

Nº	COMBUSTÍVEL	UNID	FUNDOS MUNICIPAIS		TOTAL
			SEMMA	SEMAS	
1	Gasolina Comum	Litro	29.550	46.500	76.050
2	Óleo Diesel S10	Litro	16.170	3.500	19.670
TOTAIS			45.720	50.000	95.720

1.4. Estimativas totais de todos os órgãos de consumo dos combustíveis:

Nº	COMBUSTÍVEL	UNID	QTDE TOTAL DOS ÓRGÃOS	TOTAL DOS COMBUSTÍVEIS
1	Gasolina Comum	Litro	271.050	875.720
2	Óleo Diesel S10	Litro	604.670	

1.2. Os valores informados acima servirão de base como o valor máximo que será pago pelos itens.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anuais 2026, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não foi elaborado pela municipalidade.

1.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Vigência Contratual

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vigência da Ata

1.9. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP) será de 1 ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

1.10. A Ata de Registro de Preço e Contratos oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. PREFEITURA MUNICIPAL - SEMAF/PMAC/SEGOV

2.1.1. Considerando a necessidade de deslocamentos diários do Prefeito Municipal e sua equipe, tanto na zona urbana quanto na zona rural, bem como a necessidade de locomoção dos servidores municipais em atividades inerentes às suas atribuições, realização de serviços essenciais à população, como o Departamento de Tributos que desempenha atividades operacionais, como fiscalizar e fazer cobranças tributárias nas zonas urbana e rural, a Guarda Municipal que precisa dar todo o suporte na segurança pública, orientar e organizar o trânsito municipal, fazer a segurança dos eventos municipais, tanto na zona urbana quanto na rural, entre outros, faz-se necessário promover o abastecimento dos veículos próprios e terceirizados como carros e motocicletas, pois estes órgãos não possuem frota suficiente que possa suprir e dá continuidade nas prestações dos serviços públicos.

2.1.2. A SEMAF e o Gabinete do Prefeito utilizam carro locado, de médio porte (4x4), e possuem demandas diárias, tanto na sede quanto no “interior” e demais cidades onde necessitam realizar atribuições inerentes as necessidades da gestão. Outro veículo de médio porte é utilizado especificamente para atender as demandas diárias do Prefeito que precisa deslocar-se em toda a

região do município e fazer viagens para outras cidades que ocorrem eventos de interesse municipal.

2.1.3. Estes órgãos também utilizam carros locados de pequeno porte, tipo passeio, que fazem locomoções diárias atendendo serviços, demandas, entregas de documentos, conduz servidores de todos os departamentos tanto na sede quanto no meio rural, tudo isso buscando melhorias e desempenho nas atividades operacionais desta secretaria que dá apoio a todas os demais órgãos.

2.1.4. As motocicletas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, tem demandas diárias atendendo serviços principalmente do Departamento de Tributos, Almoxarifado e Guarda Municipal. Trata-se de um veículo de locomoção mais prático e ágil para determinados serviços específicos nos quais é necessário executar a tarefa com mais celeridade.

2.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT

2.2.1. A Secretaria municipal de Cultura, Desporto, Juventude e Lazer-SECULT organiza e efetua diversos eventos durante o ano todo, tanto culturais quanto esportivos e com isso a necessidade de locomoção com veículos é de extrema importância, principalmente nos grandes eventos como Carnaval, Festival Junino, Festival Gospel, Regata dos Pescadores, Uruluar, Réveillon dentre outros. Atualmente temos um veículo que nos proporciona o deslocamento tanto na sede quanto no interior para monitoramentos dos eventos culturais e esportivos.

2.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, DESENV. ECON. E TURISMO - SEPLADE

2.3.1. A presente contratação justifica-se face da necessidade da aquisição de 10.000 (dez mil) litros de combustível, de gasolina comum, para período de 12 meses, a fim de garantir o funcionamento do veículo que dá suporte às atividades da SEPLADE, em suas várias áreas de atuação.

2.3.2. É importante ressaltar que, o veículo transporta os servidores de apoio, técnicos, chefes de setores, diretores e secretário para execução de trabalhos de rotina, visitas técnicas, vistorias e fiscalização na sede e interior e outras atividades, além de servir para viagens de trabalho para fora do município, conforme a necessidade desta secretaria. A contratação de empresa para fornecimento de combustível, justifica-se em decorrência da necessidade da garantia dos serviços de logística de transporte a fim de proporcionar maior desempenho e resultado dos trabalhos desenvolvidos pela SEPLADE.

2.3.3. Importante registrar, outro aspecto, que o funcionamento de cada departamento desta Secretaria, os quais realizam serviços diários de atendimento ao público, tendo em vista a grande extensão do Município, para que nossos técnicos possam desempenhar suas atividades que são de interesse da municipalidade, proporcionando um melhor atendimento ao munícipe que procuram os serviços desta secretaria, bem como melhores condições de trabalho aos servidores, tendo em vista o deslocamento.

2.4. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRI

2.4.1. A aquisição de combustíveis diversos (gasolina comum e diesel S-10) justifica-se pela importância e necessidade da SEMAGRI que utiliza constantemente a frota veicular própria e terceirizada para realizar suas responsabilidades essenciais e exequíveis ao planejamento do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Municipal (ProATER Municipal) inerentes ao órgão.

2.4.2. É imprescindível a energia térmica que é utilizada na geração de trabalho mecânico, como observamos nos motores à combustão dos veículos a gasolina, veículos e máquinas pesadas a diesel. Sendo a utilização de combustíveis diversos (gasolina comum e diesel S-10) de fundamental importância para atender os serviços realizados por esta Secretaria.

2.4.3. Com a aquisição pretendida, promoverá a ampliação dos serviços de assistência rural tais como: mecanização de áreas agricultáveis (aração e gradagem do solo), limpeza, plantio; assistência técnica; trafegabilidade de maquinários a diesel e veículos a gasolina; monitoramento, regularização, deslocamento da equipe técnica; visitas técnicas; reuniões municipais e estaduais; eventos diversos, dentre outros. Sabe-se que, a frota atual de veículos e maquinários agrícolas não suprirá a prospecção em atender às 145 (cento e quarenta e cinco) comunidades existentes e localizadas nas vicinais municipais (600 km), na via estadual PA 462 (Patal/Araí – 45 km) e na Via Federal BR 308 (Bragança-Viséu) durante o período Safra (abril a setembro) e meses subsequentes quanto o tempo, locomoção, manutenção preventiva e corretiva, rapidez e excelência do serviço.

2.4.4. Ressaltamos a importância da locação de veículos e máquinas pesadas para cooperar com os serviços prestados no aporte a infraestrutura, qualidade e desenvolvimento para a zona urbana e rural do município, onde também favorecerá a diminuição dos custos de produção dos agricultores/produtores locais principalmente daqueles que tem como estabilidade voltada aos rendimentos de produção das propriedades intensificando ajuda e atuação no preparo do solo (abertura de novas áreas, aração e gradagem), na colheita e serviços em geral no meio rural, onde existe a maior demanda dos serviços para além do que serão ampliados e melhorados nos atendimentos facilitando as etapas do processo produtivo, oferecendo condições dignas de trabalho em suas propriedades.

2.4.5. Dará o suporte no campo quanto a agricultura familiar, intensificando à produção diversificada com a introdução de novas culturas, ofertando novos produtos para o mercado local e até mesmo para a agroindústria tendendo a elevar o seu patamar local em todos os níveis, dinamizando outros setores da economia e fortalecendo o setor agrícola como um todo e consequentemente, o aumento da renda familiar, empregos no campo e a melhoria da condição de vida da família rural.

2.4.6. A http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei8.171-1991?OpenDocument LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991, em seu artigo 3º, inciso I e VI, determina que:

Art. 3º São objetivos da política agrícola:

I - Na forma como dispõe o art. 174 da Constituição, o Estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais.

VI - Promover a descentralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando a complementariedade de ações com Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, cabendo a estes assumir suas responsabilidades na execução da política agrícola, adequando os diversos instrumentos às suas necessidades e realidades.

2.4.7. Para proporcionar o estímulo e o aumento da produção agrícola da região em detrimento de uma boa assistência técnica e extensão rural para os pequenos e médios agricultores/produtores em estimular as atividades agrícolas para o plantio e desenvolvimento de culturas em geral, fundamental para o aumento da produtividade das culturas, para atender a este, esta Secretaria dispõe dos seguintes Departamentos: Desenvolvimento Agropecuário, Mecanização Agrícola, Monitoramento de Programas e Assistência Rural para dar apoio técnico/assistencial nas atividades de produção agrícola/pesqueira em todo Município.

2.4.8. Também, trará benefícios para a promoção do desenvolvimento mais sustentável priorizando dessa maneira mais vantagens para o meio ambiente posto que, mitigará a degradação ambiental protegendo assim a lavoura e tornando-a mais resistente às intempéries climáticas, pragas e doenças etc.

2.4.9. No que se refere aos quantitativos pré-estabelecidos do objeto disposto neste, foram designados com base em valores licitados no ano anterior e pela supervisão do serviço ofertado através do Departamento de Mecanização Agrícola, respeitando uma margem de suporte a um eventual aumento da demanda (Anexo ao DFD da SEMAGRI). Portanto, diante do que determina a política agrícola a SEMAGRI, torna-se de suma importância em garantir a qualidade dos serviços com vistas ao atendimento das necessidades de abastecimento de frotas de veículos automotores deste órgão, sendo imprescindível para execução e manutenção das atribuições administrativas, se faz necessária a contratação do objeto proposto.

2.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB

2.5.1. A presente contratação justifica-se em face da necessidade da aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S-10) para manter os trabalhos da SEMOB. A Secretaria utiliza diariamente os veículos constantes da frota própria e locada para realizar as responsabilidades inerentes a função, à população de Augusto Corrêa. É imprescindível a energia térmica que é utilizada na geração de trabalho mecânico, como observamos nos motores à combustão dos veículos, máquinas pesadas e máquinas como roçadeira, motosserra e motobomba. Sendo a utilização de combustível (diesel e gasolina) de fundamental importância para os serviços da SEMOB.

2.5.2. Vale destacar que a SEMOB possui uma frota que não consegue atender todas as demandas da secretaria, em virtude disso, se faz necessário a locação de veículos e máquinas pesadas, bem como, roçadeiras para cooperar com os serviços. Pois, por meio dessas máquinas de motores à combustão, leva-se infraestrutura para a sede e o meio rural do município. É notório saber que se aproveita o período do verão para realizar a conservação, manutenção e restauração das estradas vicinais e realização de diversos trabalhos de limpeza e roçagem, com isso, a SEMOB tem um aumento considerável no consumo de combustível neste período.

2.5.3. A aquisição de combustível (gasolina comum e óleo diesel S-10), destinados ao abastecimento dos veículos e máquinas pesadas de propriedade da SEMOB, sejam locados, vinculados ou a disposição da atividade pública do município, tem o dever de promover ampliação, manutenção e conservação das estradas vicinais, uma vez que, o município possui 600 km de estradas vicinais, o maquinário e veículos executam serviços de terraplenagem, encascalhamento, aterro, corte, correção de erosão, ações de conservação, pavimentação, drenagem pluvial, saneamento básico, construção de pontes, bueiros, valetas, abertura de canais, macrodrenagem, manutenção e restauração de vias urbanas e áreas especiais. Destacamos que as

equipes de infraestrutura, paisagismo e limpeza pública utilizam veículos e máquinas (motobomba, microtrator – diesel – roçadeiras, motopoda e motosserra – gasolina) para realizar serviços de poda, capina, roçagem e limpeza que atende unidades de saúde, escolas, órgãos públicos, praças, orlas e logradouros. A secretaria de obras opera na remoção de resíduo doméstico, verde e entulho, faz limpeza de bueiros, valetas, abertura/limpeza de canais. O Departamento de Iluminação Pública utiliza modelo de veículos camionete tipo S10 e Strada para manutenção e ampliação do parque de iluminação pública, executando serviços de troca dos itens que compõe a luminária na sede e interior. E constantemente realiza-se mutirão de limpeza na sede e nos interiores.

2.5.4. É importante ressaltar que os veículos a gasolina, assim como, o a diesel transportam servidores de apoio, técnicos, chefes, diretores e secretário para execução de trabalhos de infraestrutura, vistoria e fiscalização na sede e interior, o que contribui para o consumo de combustível. Os quantitativos foram planejados com base nos licitados no ano anterior. A contratação de empresa para fornecimento de combustíveis na região, justificasse pela necessidade de realizar os serviços que levam o bem-estar dos munícipes de Augusto Corrêa.

2.6. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA

2.6.1. Faz-se necessária a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis visando manter um bom funcionamento das atividades prestadas pela Secretaria, haja visto que, a SEMMA desenvolve atividades diariamente que necessitam de deslocamento, como: Fiscalização e Monitoramento pela cidade e comunidades, além de Fiscalização Marítima, ações de Educação Ambiental realizadas nas escolas de todo o Município, ações relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural, dentre outras atividades. É importante ressaltar que os veículos a gasolina, assim como o a diesel transportam servidores de apoio, técnicos, chefes, diretores e secretária para execução de trabalhos de vistoria, fiscalização, dentre outros, na sede e zona rural, o que contribui para um consumo significativo de combustível, as atividades são desenvolvidas em diversas comunidades interligadas pela PA 462, Br 308 e uma rede de estradas vicinais de aproximadamente 400 km de extensão.

2.6.2. Para atender à crescente demanda ambiental no município, a SEMMA está atualmente em processo de aquisição de novos veículos. A frota atual da secretaria não é suficiente para cobrir todas as necessidades, o que tem exigido a locação de veículos adicionais para apoiar os serviços prestados. Os quantitativos pré-estabelecidos aproximadamente foram designados com base nos valores licitados no ano anterior e através do levantamento técnico interno desta Secretaria. A contratação de empresa para fornecimento de combustíveis na região, justifica-se pela necessidade de realizar os serviços que levam o bem-estar dos munícipes da cidade de Augusto Corrêa/PA.

2.7. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

2.7.1. A Política de Assistência Social no município de Augusto Corrêa-PA é executada pela Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS, possuindo unidades socioassistenciais que são os Centros de Referência de Assistência Social-CRAS (Coqueiros e Urumajó), Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS. E programas: Programa Criança Feliz-PCF, BPC na escola e ainda Bloco de gestão: IGD/PBF e IGD-SUAS; Casa dos Conselhos, Conselho Tutelar, que oferecem diversos serviços, projetos e ações que objetivam prover os

mínimos sociais necessários a garantir o atendimento às necessidades básicas da população no que requer na garantia de direitos.

2.7.2. Os servidores do Programa Bolsa Família-PBF, realizam visitas praticamente todos os dias com o objetivo de averiguar a situação de composição familiar e situação de renda. As Visitas são realizadas pelas assistentes sociais, que fazem esses procedimentos sempre que necessários para a comprovação de informações para a correta manutenção do cadastro e do benefício do Programa. As visitas realizadas semanalmente pelos técnicos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS que abrangem todo o território (sede e interior) geográfico do nosso município, objetivam oferecer apoio e orientação às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e/ou social por violação de direitos e são realizadas sempre que são identificadas violações.

2.7.3. Os técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS (Coqueiros e Urumajó), realizam as visitas semanalmente, que abrangem todo o território (sede e interior) geográfico do nosso município, com a finalidade de orientar e dar apoio aos esforços das famílias para a resolução de cada problema de forma individual. Além disso, cada visita pode ser realizada com o intuito de identificar comportamentos de relação entre os membros que tenham relação com a solução buscada.

2.7.4. Os visitantes do Programa da Primeira Infância-PI, realizam por meio de visitas domiciliares às famílias participantes do Cadastro Único, e fazem o acompanhamento e darão orientações importantes para fortalecer os vínculos familiares e comunitários, além de estimular o desenvolvimento infantil. Essas visitas abrangem todo o território (sede e interior) geográfico do nosso município, diariamente.

2.7.5. A equipe do Programa Alimenta Brasil-PAB, realiza a busca e entrega dos alimentos adquiridos através do programa, semanalmente, e tem que tem duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a produção de alimentos dos agricultores rurais.

2.7.6. Os conselheiros tutelares, para desempenhar sua função estratégica, que é zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, realizam visitas domiciliares, diariamente, com o objetivo de apreenderem situações de violação de direitos, tais como: condições precárias de moradia, fome, pobreza extrema, negligência, descaso ou até abandono do tratamento, violência doméstica, abuso sexual, dentre outras.

2.7.7. Considerando todo o exposto acima citado, e a necessidade de deslocamentos de servidores municipais em atividades inerentes às suas atribuições, realização de serviços (ações, visitas) essenciais à população neste Município, se faz necessário promover o abastecimento destes veículos, para que se dê continuidade nas prestações de serviços públicos, atendendo aos dispositivos legais bem como fazendo valer os princípios basilares da Administração Pública. Considerando a necessidade da SEMAS está relacionada aos desafios enfrentados para garantir um fornecimento regular e adequado de combustível para as atividades desenvolvidas em suas instalações públicas. A falta de combustível adequado pode comprometer a qualidade e continuidade dos serviços prestados à população, afetando diretamente a eficiência e eficácia das atividades realizadas nas instalações públicas.

2.7.8. Além disso, a escassez de combustível também pode trazer impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública, caso haja a utilização de combustíveis inadequados ou contaminados. Portanto, é fundamental que a SEMAS seja capaz de assegurar um fornecimento regular e seguro

de combustível para garantir a operacionalidade de suas Unidades Socioassistenciais e o atendimento adequado às demandas.

2.7.9. Dessa forma, torna-se imprescindível a elaboração de estratégias e ações que visem solucionar esse problema, garantindo um abastecimento sustentável e compatível com as necessidades das instalações públicas desta secretaria (SEMAS). A busca por alternativas viáveis e eficientes para a gestão do fornecimento de combustível se faz essencial para a manutenção da qualidade e segurança dos serviços prestados por esta Secretaria de Assistência Social, contribuindo assim para a promoção do interesse público e o bem-estar dos cidadãos e usuários.

3.1. FROTA VEICULAR DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

3.1.1. SEMAF/GABINETE:

VEÍCULO TERCEIRIZADO – DIESEL				
Nº	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	PLACA/CHASSI	ANO	QTDE
1	TOYOTA HILUX CDSRXA4FD	POR7C35	2021	1
2	TOYOTA HILUX CDSRVA4FD	QEL6F76	2018	1
VEÍCULO TERCEIRIZADO – GASOLINA				
3	CHEVROLET COBALT 1.4 LTZ	OBZ1220	2011	1
4	CHEVROLET ONIX MT LT	QDZ3C95	2017	1
5	FIAT ARGO DRIVE 1.0	QVZ4J18	2021	1
6	CHEVROLET ONIX 1.4 AT LT	QEP0144	2018	1
VEÍCULO PRÓPRIO – GASOLINA				
7	MOTOCICLETA HONDA BROS 150 ES	NTC 7157	2010	1
8	MOTOCICLETA HONDA CG160 START	9C2KC2500LR018304	2019	1
9	MOTOCICLETA HONDA BROS 150 ES	OTI 6113	2010	1
10	MOTOCICLETA YAMAHA CROSSER S ABS	TVS8I80	2025	1
11	MOTOCICLETA YAMAHA CROSSER S ABS	TVR5B80	2025	1
12	MOTOCICLETA YAMAHA CROSSER S ABS	TVR5C10	2025	1

3.2.2. SECULT

ITEM	VEÍCULO CEDIDO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
01	CITROEN/AIRCROSS FEEL	2016	QDN7984	01

3.2.3. SEPLADE

ITEM	VEÍCULO TEICEIRIZADO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
01	FIAT STRADA ENDURANCE CD	2021	QVV1C46	01

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO	ANO	PLACA	QTDE
01	MOTOCICLETA YAMAHA CROSSER S ABS (VEÍCULO NOVO)	2025	TVR5B90	01

3.2.4. SEMAGRI

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - DIESEL	ANO	QTDE
01	CAMINHONTE MITSUBISHI L 200 TRITON (QVJ4868)	2020	01
02	CAMINHÃO VOLKSWAGEN 9170 DRC 4X2 165 CV CARROCERIA ABERTA BRANCO CAP. 5,5 T. (RWW6F72)	2022	01
03	LS TRACTOR PLUS 100 R 100 CV	2017	01
04	LS TRACTOR PLUS 100 R 100 CV	2018	01
05	CASE IH FARMALL 95 100 CV	2018	01
06	CASE IH FARMALL 95 100 CV	2018	01
07	NEW HOLLAND TT4030 75 CV (C/ PLAINA)	2018	01
08	NEW HOLLAND TT4030 75 CV	2018	01
09	NEW HOLLAND 7630 100 CV	2006	01
10	NEW HOLLAND 7630 100 CV	2015	01
11	NEW HOLLAND 7630 110 CV (C/ PLAINA)	2018	01
12	VALTRA BM 100 CV	2010	01
13	TRATOR AGRÍCOLA YTO NLY 110CV	2023	01
14	TRATOR AGRÍCOLA YTO NLY 110CV	2023	01
15	YAMAR SOLIS 75 (C/ PLAINA)	2022	01
16	YAMAR SOLIS 75 (C/ PLAINA)	2022	01
17	TRATOR AGRÍCOLA HANOMAG STARK – 800 – 4 9CV	2025	01

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - GASOLINA	ANO	QTDE
01	MOTOCICLETA HONDA BROS 160	2012	01
02	MOTOCICLETA YAMAHA CROSSER S ABS (VEÍCULO NOVO)	2025	01

ITEM	VEÍCULO TERCEIRIZADO - GASOLINA	ANO	QTDE
01	FIAT STRADA WORKING 1.4 88 CV	2017	01

3.2.5. SEMOB

ITEM	VEÍCULO TEICEIRIZADO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
01	FIAT STRADA	2016	PYJ5508	01
02	FIAT STRADA	2022	QLR1380	01

ITEM	VEÍCULO TERCEIRIZADO - DIESEL	ANO	PLACA	QTDE
01	CAÇAMBA MERCEDES	1983	TT16C57	01
02	CAÇAMBA IVECO	2011	CUB0934	01

03	CAÇAMBA MERCEDES	1989	VXA6149	01
04	CAÇAMBA VOLKSWAGEM	2003	VW18310	01
05	CAÇAMBA MERCEDES	1985	KBR2166	01
06	CAÇAMBA VOLKSWAGEM	2015	AZM4C16	01
07	CAÇAMBA MERCEDES	1971	CPJ7C87	01
08	CAÇAMBA MERCEDES	1977	JTE0648	01
09	CAMINHÃO MERCEDES	1999	JTV7172	01
10	CAMINHÃO VOLKSWAGEM	1983	HO8H30	01
11	CAMINHÃO PAPA-LIXO	1995	NSI4350	01
12	CAMINHÃO PAPA-LIXO VOLKSWAGEM	2015	PHXOA20	01
13	CAMINHÃO PIPA VOLKSWAGEM	2014	NSU5439	01
14	CAMIONETE S10 CHEVROLET	2017	BBL9G93	01
15	CARRETA PRANCHA VOLVO	1983	BYG0116	01
16	PATROL 120 CATERPILLAR	2011	0120KHJAP00938	01
17	PATROL 845 CASE	2022	HBZN8445BVNAF09686	01
18	ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR		6070905	01

ITEM	MAQUINÁRIO TERCEIRIZADO – GASOLINA/ MÁQUINÁRIO PARA ROÇAGEM	ANO	QTDE
01	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
02	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
03	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
04	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
05	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
06	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
07	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
08	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
09	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
10	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
11	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
12	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
13	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
14	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
15	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
16	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
17	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2022	01
18	ROÇADEIRA STHIL	2021	01
19	ROÇADEIRA STHIL	2021	01
20	ROÇADEIRA STHIL	2021	01
21	ROÇADEIRA STHIL	2021	01
22	ROÇADEIRA STHIL	2022	01

23	ROÇADEIRA STHIL	2020	01
24	ROÇADEIRA STHIL	2021	01
25	ROÇADEIRA TOYAMA	2020	01

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO – ÓLEO DIESEL	ANO	PLACA	QTDE
01	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CX220 C	2022	B2H220D	01
02	PÁ MECÂNICA CASE 20 WE	2010		01
03	PÁ MECÂNICA CASE 20 WF	2022	HB2NU20FHNAE14067	01
04	PÁ MECÂNICA XCMG	2021	XUGO300VTNPB09100	01
05	PÁ MECÂNICA XCMG	2021	XUG0300VHMPB02264	01
06	PÁ MECÂNICA XCMG	2021		01
07	PATROL 845	2011	N9AF07074	01
08	PATROL 120K CATERPILLAR	2013	CAT0120KVJAP04399	01
09	RETRO ESCAVADEIRA CASE 580N	2013	HB2N580NKDAH09642	01
10	ROLO COMPACTADOR DYNAPAC	2013	10000104PFB	01
11	TRATOR BUDNY 7540	2017	B18484929	01
12	TRATOR JONH DEERE 5705	2010	1BM5705XTA4090811	01
13	S 10 CHEVROLET	2017		01
14	CAÇAMBA TRUCK VOLKSWAGEN 26260	2014	953658263ER415372	01
15	CAÇAMBA TRUCK VOLKSWAGEN 26280	2021	RWM5G93	01
16	CAÇAMBA FORD CARGO 1722	2010	73960271017	01
17	CAÇAMBA FORD CARGO 1317	2010	922707811372	01
18	CAÇAMBA VOLKSWAGEN 13180	2010	NSF7815	01
19	FOTON AUMARK 1217 ^a (VEÍCULO NOVO)	2025	TFQ3D76	01
20	MICROTRATOR TOYAMA	2022	TOWE 12.5RL-XP	01
21	L 200 MITSUBISHI	2008	JVB3964	01

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
01	PARTNER PEUGEOT	2016	QDU7648	01

ITEM	MAQUINÁRIO PRÓPRIO – GASOLINA/ MAQUINÁRIO PARA ROÇAGEM E PODA	ANO	QTDE
01	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
02	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
03	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
04	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
05	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
06	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01

07	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
08	ROÇADEIRA KAWSHIMA	2021	01
09	ROÇADEIRA TEKNA	2022	01
10	ROÇADEIRA TEKNA	2022	01
11	MOTOPODA KAWSHIMA	2022	01
12	MOTOSERRA STHIL	2020	01
13	MOTOSERRA HUSQUARNA	2023	01

3.2.6. SEMMA

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
01	LANCHA ALBATROZ (VEÍCULO NOVO)	2025	6EK1144313	01
02	MOTOCICLETA HONDA BROS/NXR 150 BROS ES	2012	OTI5943	01

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - DIESEL	ANO	PLACA	QTDE
03	FORD RANGER XLS 2.2L 4X4	2018	QEO2583	01

ITEM	VEÍCULO TERCEIRIZADO	ANO	PLACA	QTDE
04	MOTOCICLETA YAMAHA FAZER 150	2024	SZW8E82	01
05	FIAT MOBI	2019	GUB8B22	01
06	FIAT STRADA	2022	RYF1F90	01
07	TRATOR (DIESEL)	2017	B1844929	01

ITEM	EQUIPAMENTOS	COMB.	MODELO	QTDE
01	ROÇADEIRAS DE 43CC	GASOLINA	VULCAN VR430S	03
02	MOTOPODA DE 33,6CC	GASOLINA	STIHL HT135	01
03	MOTOSERRA DE 91,1CC	GASOLINA	STIHL MS 661	01

3.2.7. SEMAS

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
01	I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3	2023	RWW5A16	01
02	KIWD	2022	ROM0C64	01
03	MOBI LIKE	2022	RWM6E52	01
04	FIAT UNO ATTRACTIVE 1.0	2019	QEF5865	01
05	VOLKSWAGEN GOL TL MBV 1.6	2018	QEW5849	01

ITEM	VEÍCULO TERCEIRIZADO - GASOLINA	ANO	PLACA	QTDE
06	COBALT 18A ELI	20216	QEP5482	01
07	HONDA CG TITAN	2024	SZE6G21	01
08	VOLKSWAGEN SAVEIRO 1.6 CE CROSS	2013	OTD8482	01

ITEM	VEÍCULO PRÓPRIO - DIESEL	ANO	PLACA	QTDE
09	IVECO DAILY 30/130 CS	2021	OTX3444	01

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, no Art. 28, inciso I da lei 14.133/2021, as condições e exigências para a contratação estão descritas neste Termo de Referência e ETP e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto;

A contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S10) deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

3.2. A empresa deverá estar devidamente constituída, com inscrição ativa no CNPJ, e em situação regular perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como junto à Seguridade Social e ao FGTS.

3.3. Os produtos fornecidos deverão atender integralmente às exigências legais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, observando todas as normas vigentes aplicáveis à atividade de revenda de combustíveis.

3.4. O estabelecimento deverá estar localizado em área que possibilite o abastecimento eficiente da frota municipal, preferencialmente dentro do perímetro urbano ou em raio compatível com a economicidade e operacionalidade dos serviços públicos.

3.5. A empresa deverá possuir estrutura operacional adequada para atender à demanda contínua da Administração, garantindo fornecimento regular e ininterrupto.

3.6. Como condição de habilitação, a empresa deverá apresentar documentação comprobatória de registro na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para o exercício das atividades pertinentes ao fornecimento de combustíveis automotivos, conforme as Resoluções ANP nº 42/2011, nº 41/2013, nº 784/2019 e nº 852/2021.

3.7. O fornecimento do objeto ocorrerá de acordo com as solicitações dos órgãos demandantes, mediante ordem de fornecimento emitida por autoridade competente.

3.8. Os combustíveis serão retirados no posto contratado, para o qual a frota municipal se deslocará a fim de realizar o abastecimento.

3.9. A empresa deverá assegurar atendimento compatível com as necessidades da Administração, preferencialmente com funcionamento diário, inclusive aos finais de semana e feriados, quando necessário.

3.10. O fornecimento deverá ser autorizado expressamente pelo órgão gerenciador do certame, mediante requisição própria emitida em 02 (duas) vias, que comprove a realização do abastecimento.

3.11. O fornecimento dos combustíveis deverá estar disponível imediatamente após a assinatura do contrato.

3.12. A qualidade dos produtos fornecidos será de inteira responsabilidade da contratada.

3.13. A fiscalização e aceitação do objeto serão realizadas pelo órgão responsável pela gestão do contrato, por meio de servidores designados da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa, mediante portaria.

3.14. A empresa deverá disponibilizar os recursos e meios necessários para a supervisão e fiscalização da regularidade do fornecimento, mediante autorização do setor competente.

3.15. O combustível será recusado nos seguintes casos:

- Densidade fora dos padrões;
- Produto em desacordo com o solicitado;

- Quantidade inferior à requisitada;
- Contaminação por substâncias indevidas ou em percentuais superiores aos permitidos.

3.16. Caso o posto contratado apresente qualquer problema no fornecimento, deverá comunicar a contratante com antecedência mínima de 12 (doze) horas, a fim de evitar prejuízos ao abastecimento.

3.17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.17.1. A empresa deverá cumprir as normas ambientais vigentes, especialmente quanto ao armazenamento, manuseio e comercialização de combustíveis, bem como à destinação adequada de resíduos.

3.17.2. Deverá atender às normas de segurança aplicáveis, garantindo a integridade dos usuários, trabalhadores e do meio ambiente.

3.17.3. Deverá possuir licenciamento ambiental válido, expedido pelo órgão competente.

3.17.4. A contratada deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, incluindo óleos, embalagens e materiais contaminantes, bem como adotar medidas de prevenção contra vazamentos e contaminação do solo e dos recursos hídricos.

4. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O recebimento será efetivado nos seguintes termos:

4.1.1. O fornecimento será considerado aceito quando realizado em conformidade com a requisição emitida pelo órgão competente, contemplando corretamente o tipo de combustível solicitado, a quantidade requisitada e a identificação do veículo abastecido, devidamente comprovados por meio de documento próprio assinado pelo responsável.

4.1.2. Os produtos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, bem como às demais normas legais e regulamentares aplicáveis, sendo facultado à Administração realizar testes ou exigir laudos que comprovem a qualidade do combustível fornecido.

4.1.3. O abastecimento deverá ocorrer de forma imediata após a apresentação da requisição autorizada, sem atrasos injustificados, garantindo a continuidade das atividades administrativas. Será verificada, no ato do fornecimento, a conformidade quanto à quantidade abastecida, devendo esta corresponder exatamente ao volume autorizado, admitindo-se apenas variações dentro dos limites técnicos aceitáveis.

4.1.4. Verificada o atendimento dos critérios estabelecidos neste Termo de referência o recebimento será realizado em duas etapas:

I – Recebimento Provisório: no ato do abastecimento, para verificação imediata da conformidade com a requisição;

II – Recebimento Definitivo: após a conferência dos documentos fiscais e validação pelo setor responsável pela fiscalização do contrato.

4.1.5. A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos combustíveis fornecidos, respondendo esta por eventuais vícios ou irregularidades constatadas posteriormente.

4.1.6. A Administração poderá rejeitar o fornecimento sempre que constatada qualquer irregularidade, cabendo à contratada sanar as falhas no menor prazo possível, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

4.1.7. Serão recusados, no todo ou em parte, os materiais que apresentarem:

- a) Quando apresentar densidade fora dos padrões estabelecidos;
- b) Quando houver divergência quanto ao tipo de combustível solicitado;
- c) Quando a quantidade fornecida for inferior à requisitada;
- d) Quando houver indícios de adulteração ou contaminação por substâncias indevidas;
- e) Quando não atender às normas técnicas e de qualidade aplicáveis.

4.1.8. Na hipótese de recusa, a contratada deverá proceder à imediata substituição do produto, sem ônus adicional para a Administração, no prazo máximo compatível com a urgência do abastecimento.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução adotada para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada (posto revendedor) para o fornecimento de combustíveis automotivos, sendo gasolina comum e óleo diesel S10, a ser realizada por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item, sob o regime de Sistema de Registro de Preços.

5.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza contínua e variável da demanda, permitindo à Administração realizar contratações futuras, de forma parcelada, conforme a necessidade das secretarias municipais, garantindo maior eficiência, economicidade e flexibilidade na gestão dos recursos públicos.

5.3. A seleção da proposta mais vantajosa ocorrerá com base no menor preço unitário por item (litro), considerando os valores de referência previamente apurados. Esse critério permite a uniformização dos preços para todas as secretarias municipais e viabiliza a realização de fornecimentos contínuos ao longo da vigência da ata e dos contratos dela decorrentes, até o limite dos quantitativos registrados.

5.4. A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda das secretarias, mediante emissão de requisições de abastecimento por parte dos órgãos competentes. O fornecimento deverá atender integralmente à frota municipal, abrangendo veículos de pequeno, médio e grande porte, garantindo disponibilidade contínua e regular dos combustíveis durante todo o período de vigência.

5.5. Após a formalização da ata de registro de preços e da assinatura dos contratos dela decorrentes, a empresa contratada deverá assegurar o fornecimento dos combustíveis nos preços registrados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável. Os combustíveis serão fornecidos diretamente no estabelecimento da contratada, para onde se deslocará a frota municipal para realização do abastecimento.

5.6. Durante toda a execução, a contratada deverá garantir a regularidade do fornecimento, mantendo as condições de qualidade, preço e atendimento pactuadas, assegurando o pleno atendimento das necessidades administrativas. Permanecem aplicáveis, ainda, todas as demais condições relativas à execução, fiscalização e obrigações contratuais previstas neste Termo de Referência.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições, Prazo e Local de entrega

6.1.1. O fornecimento do objeto pela contratada ocorrerá de forma parcelada, de acordo com as demandas dos órgãos da Administração Municipal, mediante emissão de ordem de fornecimento ou requisição devidamente autorizada pelo órgão gerenciador da contratação.

6.1.2. O abastecimento deverá ser realizado diretamente no posto contratado, para onde se deslocará a frota municipal, compreendendo veículos de pequeno, médio e grande porte.

6.1.3. O fornecimento dos combustíveis deverá estar disponível imediatamente após a assinatura do contrato, devendo a contratada assegurar atendimento contínuo, de segunda-feira a domingo, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, garantindo a plena operacionalidade dos serviços públicos.

6.1.4. Cada abastecimento dependerá de autorização expressa, por meio de requisição própria emitida em 02 (duas) vias pelo órgão competente, a qual servirá como comprovação da realização do fornecimento. Ademais, **após a apresentação da requisição e/ou nota comprobatória do abastecimento, o fornecimento deverá ser realizado de forma imediata**, não sendo admitidas interrupções ou atrasos que comprometam a continuidade dos serviços administrativos.

6.1.5. Os combustíveis fornecidos deverão atender integralmente às exigências legais, às normas técnicas aplicáveis e aos padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores, sendo de inteira responsabilidade da contratada a garantia da qualidade dos produtos disponibilizados.

6.1.6. O combustível será recusado nos casos de desconformidade, tais como densidade fora dos padrões exigidos, fornecimento de produto diverso do solicitado, quantidade inferior à requisitada ou presença de contaminação por substâncias não permitidas ou em desacordo com os limites legais.

6.1.7. Na hipótese de ocorrência de qualquer problema que possa comprometer o fornecimento dos combustíveis, a contratada deverá comunicar formalmente à contratante com antecedência mínima de 12 (doze) horas, de modo a possibilitar a adoção de medidas que evitem prejuízos à continuidade dos serviços públicos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito ou por e-mail sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da (s) empresa (s) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da (s) empresa (s) contratada (s) para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos

mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1. A fiscalização e a aceitação do objeto serão realizadas pelo órgão responsável pela gestão do contrato, por meio de servidores designados da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa e do Fundos Municipais, mediante ato formal. A contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários à adequada supervisão e controle do fornecimento, sempre que solicitado pela Administração.

8.2. Com base no art. 117 da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21, “A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/21 ou pelos respectivos substitutos”;

8.3. O fiscal do Contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados (Art. 117, § 2º);

8.4. A Contratante fiscalizará o fornecimento do objeto pela(s) Contratada(s) a fim de verificar se estão sendo observadas as cláusulas do Contrato;

8.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas Contratuais;

8.6. Serão recusados os materiais que não atendam às especificações constantes neste processo;

8.7. Todas as entregas dos materiais prestados fora do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, a contrata sofrerá as penalidades impostas pela legislação;

8.8. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

8.9. A fiscalização do cumprimento das obrigações estabelecidas, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de cada órgão, a saber:

- **FISCAIS DO CONTRATO DA PREFEITURA MUNICIPAL:**

Fiscal Titular: Adriano Brito Ferreira, matrícula nº 010027-7, CPF: 684.786.902-04.

Fiscal Substituto: Monique Giovana Silva Cunha, matrícula nº 129700-7, CPF: 006.240.382-62.

- **FISCAIS DO CONTRATO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE:**

Fiscal Titular: Ilziete de Jesus Borges, matrícula nº 138302-7, CPF: 932.575.032-53.

Fiscal Substituto: Igor Gutenberg Lisboa da Silva, matrícula nº 135612-7, CPF: 903.825.442-34.

- **FISCAIS DO CONTRATO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

Fiscal Titular: Márcia Regina Gonçalves Barros, matrícula nº 129048-7, CPF: 463.392.212-20.

Fiscal Substituto: Livia Karoline Ribeiro Sousa, matrícula nº 137385-4, CPF: 047.437.162-09.

9. PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado em até a 30 (trinta) dias, contados da data de entrega dos materiais, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente certificada pelo servidor competente e acompanhada da regularidade fiscal;

9.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.;

9.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária (este sendo indicado na proposta, caso houver) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

9.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.;

9.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida da execução mensal do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência;

9.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/CPF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo notas fiscais/faturas com outros CNPJ/CPF;

9.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

9.9. A Nota Fiscal deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.10. Nenhum pagamento será efetuado a contratada se a mesma não estiver em dia com suas regularidades fiscal e trabalhista;

9.11. O valor dos encargos é calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. A Dotação Orçamentária ocorrerá por conta do parecer contábil dos órgãos abaixo mencionados:

- **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Dotação Orçamentária: 04 123 0016 **2.011** - Manutenção da Sec Munic de Adm e Finanças. Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustível e Lubrificantes Automotivos. Fonte 15000000.

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT**

Dotação Orçamentária: 13 122 0016 **2.126** - Manutenção da Secretaria de Cultura. Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustível e Lubrificantes Automotivos. Fonte: 15000000.

- **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Dotação Orçamentária: 04 121 0016 2.071 – Manutenção da Secretaria de Planejamento. Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustível e Lubrificantes Automotivos. Fonte 15000000.

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

Dotação Orçamentária: 20 122 0016 **2.047** - Manutenção da Secretaria de Agricultura. Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustível e Lubrificantes Automotivos. Fonte 15000000.

- **SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO.**

Dotação Orçamentária: 26 122 0016 **2.045** – Manutenção da Secretaria de Obras, Transporte, Urbanização e Saneamento. Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustível e Lubrificantes Automotivos. Fonte: 15000000.

- **SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**

Dotação Orçamentária: 18 122 0016 **2.063** - Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente Classificação econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos. Fonte 15000000.

- **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária: 08.244.0014 **2.100** – **Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.** Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 15000000.

- **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária: 08 244 0014 2.110 – **Confinamento do Estado – Proteção Social Básica.** Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 16610000.

- **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária: 08 244 0017 2.116 – **Confinamento do Estado – Proteção Especial Média Complexibilidade**. Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 16610000.

• **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária: 08.244.0014 **2.106** – Bloco da Proteção Social Básica. Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 16600000;

• **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária: 08.244.0014 **2.173** - **Programa Primeira Infância do SUAS-PPI**. Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 15000000;

• **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária: 08.244.0016 **2.112** – Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS. Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 15400000.

• **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação Orçamentária 08.244.0017 **2.113** - Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade-**PAEFI**. Classificação Econômica - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes automotivos. Fonte: 16600000;

12. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Critérios de pré-habilitação

12.1.1. Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/21, como requisito de pré-habilitação, a licitante deverá apresentar a comprovação de recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor de 1% (um por cento) **do valor estimado da proposta**, nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21;

12.1.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, quando se tratar de depósito ou transferência em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados: Banco do Brasil; Agência: 1480-X e Conta: 19561-8;

12.1.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

12.1.4. Não será aceita garantia de proposta emitida após a abertura da sessão, bem como o comprovante de pagamento da garantia.

Forma de fornecimento

12.2 O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

12.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

12.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.10 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

12.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

12.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

12.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA

da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.17 Prova de regularidade com a fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;

12.18 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

12.20 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.21 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente, registrado na junta comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, o balanço deverá vir acompanhado da certidão de habilitação profissional do contador e certidão negativa de débitos - CND será emitida em casos de inexistência de débitos do profissional ou da organização contábil;

12.22 O Balanço Patrimonial, deverá comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas

Calculados pelas seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LG =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

12.22.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

12.22.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.22.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

12.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

12.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

12.25 Atestados de capacidade técnica da licitante, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem de maneira satisfatória ter a licitante aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da presente licitação, deverá estar emitido em nome e com o CNPJ/MF da matriz e/ou da(s) filial(s) da licitante.

12.26 Em caso de dúvida para comprovação do item 12.25, poderá ocorrer a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, a fim de que comprovem a capacidade técnica do objeto a ser contratado.

12.27 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

12.28 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.31. Certidão emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis, conforme art. 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 06/08/1997, onde certifica que a empresa encontra-se autorizada a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Portaria ANP nº 116, de 05/07/2000;

9.32. Certificado de licenciamento emitido pelo corpo de bombeiros;

9.33. Alvará de Funcionamento de Titularidade da empresa licitante, expedido pelo órgão competente (Sede da licitante), com vigência atualizada;

9.34. a de Operação (LO), emitido pela Secretaria Municipal ou Estado de Meio Ambiente;

12.30 Para análise complementar de qualificação técnica deverá ser observado o ramo de atividade da empresa em comparativo com o objeto desta licitação. Para essa análise servirão o código CNAE ou as atividades descritas no Contrato Social, devendo ser condizente ao objeto do certame sob pena de inabilitação.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Fornecer gasolina comum e óleo diesel S10 de forma contínua e parcelada, conforme a demanda da contratante e mediante requisição autorizada.

13.2. Disponibilizar os combustíveis imediatamente após a apresentação da requisição/ordem de fornecimento, garantindo atendimento ágil e sem interrupções.

13.3. Manter o fornecimento em regime contínuo, preferencialmente 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados.

13.4. Garantir que os combustíveis atendam integralmente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do produto.

- 13.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas no fornecimento ou da má qualidade dos combustíveis.
- 13.6. Permitir e facilitar a fiscalização da contratante, disponibilizando todas as informações e documentos necessários ao controle da execução contratual.
- 13.7. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.8. Comunicar formalmente à contratante, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento dos combustíveis.
- 13.9. Substituir, imediatamente, às suas expensas, qualquer produto que venha a ser recusado pela contratante por não atender às especificações exigidas.
- 13.10. Emitir documentos fiscais (notas fiscais) correspondentes aos fornecimentos realizados, contendo todas as informações exigidas pela legislação.
- 13.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.
- 13.12. Manter estrutura operacional adequada para atendimento da demanda da contratante, garantindo regularidade e eficiência no fornecimento.
- 13.13. Cumprir todas as normas ambientais e de segurança aplicáveis ao armazenamento e comercialização de combustíveis, inclusive quanto à destinação de resíduos.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e todas as suas etapas, registrando as ocorrências caso necessário, sempre objetivando a qualidade desejada;
- 14.2. Emitir as requisições de abastecimento devidamente autorizadas, contendo as informações necessárias para a execução do fornecimento.
- 14.3. Assegurar as condições necessárias para que a contratada possa executar regularmente o objeto do contrato.
- 14.4. Dará ciência à Contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
- 14.4. Proceder à conferência das notas Fiscais/Faturas, atestando no corpo das mesmas, à entrega/realização dos materiais;
- 14.5. Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato, mediante Nota de Empenho;
- 14.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os combustíveis fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas;
- 14.7. Notificar a empresa, por escrito ou qualquer outra forma de comunicação oficial, sobre falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 14.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimento que venham a serem solicitadas pelos técnicos da Contratada;
- 14.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contratado por intermédio da comissão ou gestor designado para este fim, de acordo com art. 117 da Lei nº 14.133/21;
- 14.10. Controlar e acompanhar o consumo de combustíveis, garantindo a utilização conforme as necessidades administrativas.

15. REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.5.3. Indenizações e multas.

16.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 15.133, de 2021).

17. INFRAÇÕES CONTRATUAIS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/21, art. 155, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame; e)
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- h) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Com base no art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência:** quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II. **Multa:** moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

III. **Impedimento de licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

IV. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e I do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

17.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §79).

17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

17.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

198.1. A Administração poderá revogar a licitação ou rescindir o contrato, por motivo de interesse público e deverá realizar a anulação da licitação quando houver ilegalidade, sendo de ofício ou mediante provocação de terceiro;

18.2. A contratada responderá de maneira absoluta e inescusável pelo objeto deste Termo de Referência, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelo objeto a ser contratado;

18.3. Os casos omissos neste Termo de Referência, deverão ser supridos pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como as dúvidas suscitadas deverão ser esclarecidas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças no endereço constante neste Termo de Referência;

18.4. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Augusto Corrêa, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das avenças.

Augusto Corrêa/PA, 09 de abril de 2026.

RAFAEL RODRIGO SILVA DE ARAÚJO
Secretário Municipal de Administração de Finanças
Decreto nº 001/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N°.../2026 - ANEXO II

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 2026.....
PREGÃO ELETRÔNICO N°/2026

O **MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA**, com sede no Praça São Miguel, N° 60, Nazaré, Augusto Corrêa/PA, CEP: 68.610-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 04.873.600/0001-15, neste ato representado pelo Sr. **FRANCISCO EDINALDO QUEIROZ DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS N° 2026....., Processo Administrativo n.º 842628/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n° 13, de 12 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para eventual aquisição de combustíveis diversos (Óleo Diesel S10 e Gasolina), para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias agregadas, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), de Augusto Corrêa/PA**, especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do **edital de licitação n°.../2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Und	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Gasolina Comum	Litro	271.050	R\$	R\$
Valor Total						R\$

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será o **MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA**;

3.2. Participante: **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**,

3.3. Participante: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio

instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço

melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador

convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do

órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Augusto Correa/PA, de de 2026.

.....
MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA

CNPJ: 04.873.600/0001-15

FRANCISCO EDINALDO QUEIROZ DE OLIVEIRA

Representante legal do órgão gerenciador

.....
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CNPJ nº 33.311.307/0001-62

FABRÍCIA NOGUEIRA DA PENHA

Representante legal do órgão participante

.....
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE AUGUSTO CORRÊA

CNPJ Nº 14.916.632/0001-04

Marilene Silva Alves

Representante legal do órgão participante

.....
CNPJ nº xx.xxx.xxxx-xx

xx

Representante legal do fornecedor registrado

PREGÃO ELETRÔNICO Nº...../2026 - ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº 2026.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2026.....,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO**
DE AUGUSTO CORRÊA E A EMPRESA.....

O **MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA**, com sede na Praça São Miguel, nº 60, bairro São Miguel, Augusto Corrêa/PA, CEP: 68.610-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 04.873.600/0001-15, representado pelo Sr. **FRANCISCO EDINALDO QUEIROZ DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal, portador da matrícula funcional nº 136543-6, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 842628/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº...../2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **aquisição de combustíveis diversos (Óleo Diesel S10 e Gasolina), para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias agregadas, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), de Augusto Corrêa/PA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Und	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Gasolina Comum	Litro	271.050	R\$	R\$
Valor Total						R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, somente quando o objeto não for concluído no período firmado acima.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, **em 30/03/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e todas as suas etapas, registrando as ocorrências caso necessário, sempre objetivando a qualidade desejada;

8.2. Emitir as requisições de abastecimento devidamente autorizadas, contendo as informações necessárias para a execução do fornecimento.

8.3. Assegurar as condições necessárias para que a contratada possa executar regularmente o objeto do contrato.

8.4. Dará ciência à Contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;

8.4. Proceder à conferência das notas Fiscais/Faturas, atestando no corpo das mesmas, à entrega/realização dos materiais;

8.5. Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato, mediante Nota de Empenho;

8.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os combustíveis fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas;

8.7. Notificar a empresa, por escrito ou qualquer outra forma de comunicação oficial, sobre falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

- 8.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimento que venham a serem solicitadas pelos técnicos da Contratada;
- 8.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contratado por intermédio da comissão ou gestor designado para este fim, de acordo com art. 117 da Lei nº 14.133/21;
- 8.10. Controlar e acompanhar o consumo de combustíveis, garantindo a utilização conforme as necessidades administrativas.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. Fornecer gasolina comum e óleo diesel S10 de forma contínua e parcelada, conforme a demanda da contratante e mediante requisição autorizada.
- 9.2. Disponibilizar os combustíveis imediatamente após a apresentação da requisição/ordem de fornecimento, garantindo atendimento ágil e sem interrupções.
- 9.3. Manter o fornecimento em regime contínuo, preferencialmente 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados.
- 9.4. Garantir que os combustíveis atendam integralmente às especificações técnicas e aos padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do produto.
- 9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas no fornecimento ou da má qualidade dos combustíveis.
- 9.6. Permitir e facilitar a fiscalização da contratante, disponibilizando todas as informações e documentos necessários ao controle da execução contratual.
- 9.7. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.8. Comunicar formalmente à contratante, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento dos combustíveis.
- 9.9. Substituir, imediatamente, às suas expensas, qualquer produto que venha a ser recusado pela contratante por não atender às especificações exigidas.
- 9.10. Emitir documentos fiscais (notas fiscais) correspondentes aos fornecimentos realizados, contendo todas as informações exigidas pela legislação.
- 9.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.
- 9.12. Manter estrutura operacional adequada para atendimento da demanda da contratante, garantindo regularidade e eficiência no fornecimento.
- 9.13. Cumprir todas as normas ambientais e de segurança aplicáveis ao armazenamento e comercialização de combustíveis, inclusive quanto à destinação de resíduos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
- 10.1.3. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.1.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa**:

1. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa

jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos no Orçamento do município, nas dotações abaixo discriminadas, exercício 2026:

- **Dotação Orçamentária:** 1201 08.244.0016.2.112 **Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 1201 08 244 0014.2.100 **Bloco de Gestão do programa Bolsa Família e Cadastro Único.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 1201 08 244 0014.2.173 **Programa Primeira Infância do SUAS-PPI.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 1201 08 244 0014.2.110 **Cofinanciamento do estado Proteção Básica.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 1201 08 244 0017.2.116 **Confinamento do Estado – Proteção Especial Média Complexibilidade.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 1201 08 244 0017.2.113 **Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade-PAEFI.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 1201 08 244 0014.2.106 **Bloco de Proteção Social Básica.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 0301 04 123 0016.2.011 **Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 0501 26 122 0016.2.045 **Manutenção da Secretaria de Obras, transporte, Urbanização e Saneamento.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 0901 04 121 0016.2.071 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo-SEPLADE.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 0601 20 122 0016.2.047 **Manutenção da Secretaria de Agricultura.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 1401 13 122 0016.2.126 **Manutenção da Secretaria de Cultura.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.
- **Dotação Orçamentária:** 0702 18 122 0016.2.063 **Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente.** Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de Consumo. Subelemento: 3.3.90.30.01 Combustíveis e lubrificantes automotivos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da cidade de Augusto Corrêa, o único para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21. E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que sejam produzidos os efeitos legais e pretendidos.

Augusto Corrêa/PA, de de 2026.

MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA
CNPJ: nº 04.873.600/0001-15
CONTRATANTE

.....
CNPJ Nº
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº...../2026 - ANEXO IV – DECLARAÇÕES

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

DECLARAÇÕES

AO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA/PA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº...../2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2026

A **empresa (Razão Social)**, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na (endereço completo), neste ato representada por (Nome completo, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo), no uso de suas atribuições legais, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório, o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;

DECLARA sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com órgãos públicos.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, dos artigos 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, art. 68, da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARA que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não fomos condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

DECLARA que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARA que minha proposta econômica terá validade de 60 (sessenta) dias nos termos do edital, estando ciente da obrigação de firmar negócio jurídico assim que convocado dentro deste prazo, sob pena das sanções legais.

DECLARA que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

DECLARO ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Local e data, de de 2026.

Nome e assinatura do declarante

(Obs.: Assinado eletronicamente e enviado com verificação de conformidade)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº...../2026 - ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA/PA

Pregão Eletrônico: Nº/2026

DADOS DO PROPONENTE:

EMPRESA:

CNPJ/MF:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

TELEFONE DE CONTATO:

Senhores,

Apresentamos a V. S^a. nossa proposta para fornecimento do objeto do presente certame.

DECLARAMOS que em nossos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução, descrito no Anexo I do Termo de Referência do **Pregão Eletrônico nº/2026**, bem como dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, e tudo o que for necessário para a o fornecimento dos bens, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município de Augusto Corrêa.

DECLARAMOS que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

DECLARAMOS ainda, que:

A validade de nossa proposta é de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de abertura da licitação.

O prazo de entrega dos materiais, conforme **item 6 do Termo de Referência**.

Condição de pagamento: Conforme **item 9 do Termo de Referência**.

Os dados bancários de nossa empresa são: Banco.....(n.º e nome), Agência(n.º e nome) e Conta Corrente n.º

Finalmente, **DECLARAMOS** que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao objeto e nossa plena concordância com TODAS as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Para tanto, e em conformidade com as exigências, apresentamos a seguinte proposta:

Item	Especificação	Und	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Gasolina Comum	Litro	271.050	R\$	R\$
Valor Total						R\$

Local, de de 2026.

Assinatura do Representante Legal

CNPJ nº

(Obs.: Assinado eletronicamente e enviado com verificação de conformidade)

PREGÃO ELETRÔNICO N°...../2026 - ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO (item 12.24 do Termo de Referência).

**AO MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°...../2026**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DIVERSOS (ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS AGREGADAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMMA) E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS), DE AUGUSTO CORRÊA/PA.

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS ÍNDICES ECONÔMICOS.

Eu,, contador(a), com registro no CRC/PA,
DECLARO, sob as penas da lei, que o licitante, CNPJ N°.....,
interessado em participar do **Pregão Eletrônico n°..../2026**, que os balanços patrimoniais apresentados
atendem os índices econômicos previstos no edital.:

Índices econômicos	Exercício 2023	Exercício 2024
Liquidez Geral (LG)	-	-
Liquidez Corrente (LC)	-	-
Solvência Geral (SG)	-	-

Augusto Corrêa/PA, de de 2026.

NOME DO CONTADOR(A)

CRC/PA n°

CPF n°

(Obs.: Assinado eletronicamente e enviado com verificação de conformidade)